

EDITORIAL

Governo encalacrado

Fazer qualquer análise relacionada à conjuntura nacional representa um forte risco nas atuais condições. A cada dia que passa novas denúncias se avolumam, colocando o governo Lula imprensado contra a parede. Desde a Reforma da Previdência que se denuncia a mudança de rumos do governo federal, com o discurso histórico sendo deixado de lado. Ainda em 2003, o advogado Magno Mello denunciava em um livro, cuja cópia à época a SEDUFSM teve acesso, de que o que estava por trás das mudanças na previdência seriam os interesses dos fundos de pensões, que tinham vínculos, por exemplo, com o ministro Luís Gushiken. Passados dois anos, diante da avalanche de denúncias contra o governo, ressurgem indícios sobre essas ligações perigosas de Gushiken.

E, se de um lado o governo está encalacrado por denúncias, e investigado em suas entranhas por uma CPI, por outro eram esperadas atitudes mais enérgicas com o intuito de evitar a proliferação da crise. E o que se viu foram hesitações no que se refere, por exemplo, a tirar do governo os suspeitos, como é o caso do presidente do Banco Central, Henrique Meirelles. Se esperava também que, a partir da mobilização dos movimentos sociais em defesa do governo, que Lula e os partidos que lhe dão sustentação buscassem correções na política econômica. O que se observa, porém, é a blindagem da 'ekipekonômica', com a busca de manutenção das alianças com os partidos conservadores.

Assim, o que se vislumbra para o próximo período não é nada animador. Enquanto malas de dinheiro voam pelo Brasil afora, sendo monitoradas e apreendidas pela Polícia Federal, os servidores federais mantêm uma greve em defesa da dignidade salarial, sem, no entanto, conseguirem muita visibilidade, haja vista que as atenções estão voltadas aos escândalos do dia a dia, ao "espetáculo da CPI", como diria Orlando Fonseca. Até mesmo no caso dos docentes, a discussão sobre Carreira e outros pontos permanecem em compasso de espera em função da crise que se avoluma. É difícil prever um desfecho desse quadro, contudo, uma conclusão já está dada: deve-se ir a fundo nas investigações, mas com a democracia sendo preservada.

EXPEDIENTE

A diretoria da SEDUFSM é composta por: **Presidente**- Carlos A. da Fonseca Pires; **Vice-presidente**- José Luiz Silvério da Silva; **Secretária-geral**- Ester Wayne Nogueira; **1º Secretário**- Neverton Hofstadler Peixoto; **Tesoureiro-geral**- Júlio Cezar Colvero; **1º Tesoureiro**- Diniz Fronza; **1º Suplente**- Diorge Alceno Konrad; **2º Suplente**- Joël Abílio Pinto dos Santos; **3º Suplente**- Sérgio Alfredo Massen Prieb.

Jornalista responsável: Fritz R. F. Nunes (MTb nº 8033)

Estagiária de jornalismo: Ana Paula Medeiros Nogueira

Estagiárias de Relações Públicas: Ana Cássia P. Flores e Daiana Stasiak

Diagramação e projeto gráfico: J. Adams Propaganda

Ilustrações: Clauber Sousa

Impressão: A Razão

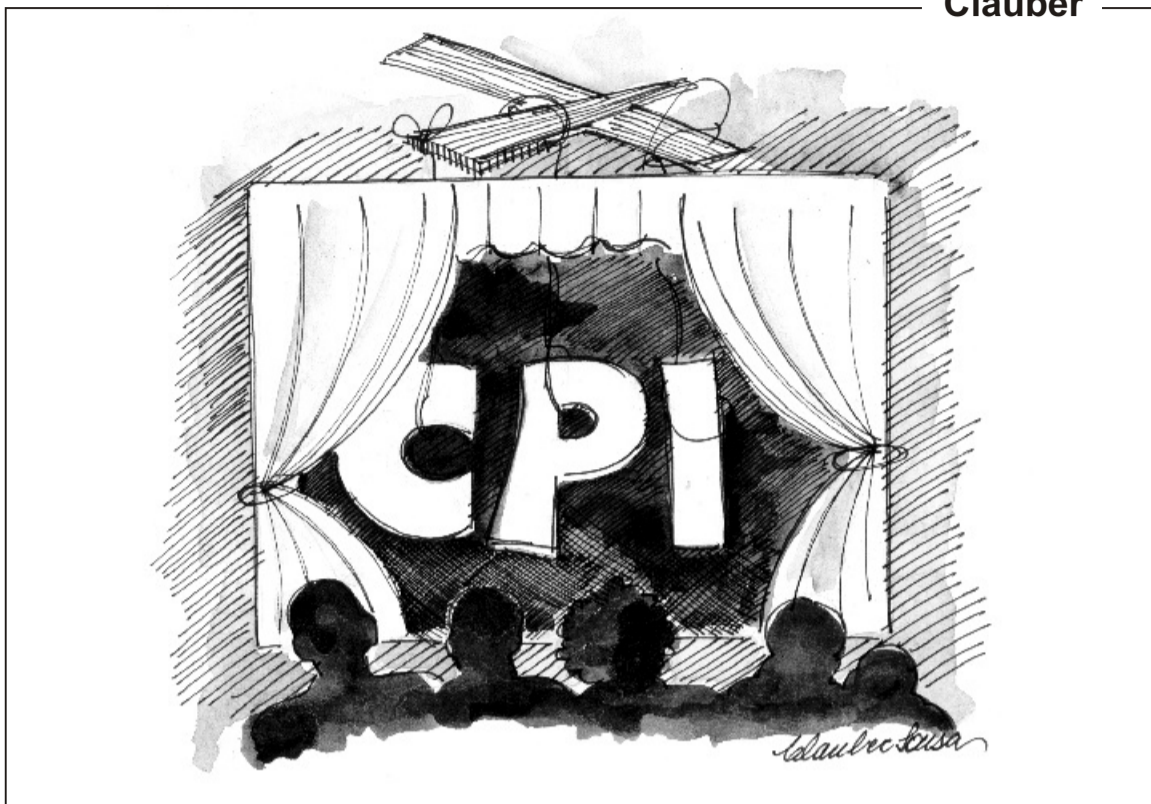
Tiragem: 1.500 exemplares

Obs: As opiniões contidas neste jornal são da inteira responsabilidade de quem as assina. Sugestões, críticas, opiniões podem ser enviadas via fone(fax) (55)3222.5765 ou pelo e-mail sedufsm@terra.com.br

Informações também podem ser buscadas no site do sindicato: www.sedufsm.com.br

A SEDUFSM funciona na André Marques, 665, cep 97010-041, em Santa Maria(RS).

Clauber



PONTO A PONTO

3,17% no STJ

Um grupo de 54 docentes associados à Seção Sindical dos Docentes da UFSM (SEDUFSM), depois de terem decisões favoráveis ao pagamento da diferença dos 3,17% em 1ª e 2ª instância no Tribunal Regional Federal, obtiveram recentemente, posição favorável também no Superior Tribunal de Justiça (STJ). A ação foi interposta em janeiro de 2001 por Wagner Advogados Associados.

A UFSM tentou recorrer, mas no dia 10 de junho, o ministro do STJ, Paulo Medina, negou o recurso impetrado pela Instituição contra o pagamento dos 3,17%. Contudo, o advogado Davi Martins da Silva ressalta que a UFSM ainda pode ingressar com medida contestatória. O integrante do escritório Wagner Advogados Associados explica que a ação representa uma diferença entre um reajuste salarial concedido a maior para algumas categorias de servidores federais em janeiro de 1995, contrariando a lei salarial vigente à época.

Impasse com o MEC

O Grupo de Trabalho criado pelo Ministério da Educação (MEC) para discutir o sistema de remuneração dos professores das instituições federais de ensino superior não chegou a um consenso e, com isso, o governo retirou sua proposta da mesa de negociação e garantiu voltar a discutir o assunto no final de julho ou em agosto. Tanto a apresentação quanto a retirada da proposta foi uma decisão tomada no dia 27 de junho.

Justificando que o Ministério do Planejamento alegou falta de recursos para implantar qualquer mudança ainda em 2005, o MEC propôs ampliar a atual discussão, que inclui apenas a incorporação salarial da Gratificação de Estímulo à Docência (GED), da Gratificação de Atividade Executiva (GAE) e a variação dos percentuais de titulação dos professores, de forma a convergir o debate para a criação de um plano de carreira com impacto apenas em 2006. O plano deveria ter como limite o gasto adicional de R\$1 bilhão. Não houve consenso e o ANDES rechaçou a proposta. Até setembro deverá ser delineada uma proposta definitiva. A ideia é que a situação salarial e de carreira dos professores universitários passe a existir a partir de janeiro de 2006.

Filiação do ANDES



Na assembléia docente do dia 6 de julho (foto), foi informado pelo professor Atilio Aléssio, que participou de um seminário no Rio de Janeiro, no primeiro final de semana de julho, que um dos importantes debates no segundo semestre se refere à posição do ANDES no contexto nacional. Após a desfiliação da CUT, aprovada no 24º Congresso, em Curitiba, a discussão agora é sobre os rumos a seguir. Ainda na plenária do dia 6 foram feitas exposições sobre a negociação de uma área no campus da UFSM que seria cedida em comodato para a SEDUFSM com o intuito de construção de uma sede no campus. Conforme o presidente do sindicato, Carlos Pires, os técnicos do Plano Diretor da universidade informaram uma área que estaria disponível nas proximidades do Colégio Técnico Industrial. Conforme autorização da assembléia, será feita uma avaliação por técnicos ligados ao sindicato.

Crise e a Reforma

A crise do "mensalão" tem causado estragos profundos ao PT e ao governo Lula. Até mesmo o ministro da Educação, Tarso Genro, que desenvolvia para o governo um trabalho essencial que era a Reforma do Ensino Superior acabou sendo chamado para tentar apagar o fogo que consome o partido. Após assumir o comando nacional do PT, Tarso deixa o MEC nas mãos de seu braço direito, Fernando Haddad, e, antes de sair, promete entregar no dia 27 de julho o polêmico projeto de Reforma Universitária ao Congresso Nacional.